



Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Lutas sociais e Controle Democrático nas políticas sociais

DESAFIOS À DEMOCRATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS EM NITERÓI FRENTE AO CONSERVADORISMO E À POBREZA

LUCÍ FARIA PINHEIRO¹

RESUMO

Alguns desafios pós-pandemia se impõem nas políticas sociais diante dos retrocessos políticos e do aumento de grupos conservadores na gestão pública. Impõe-se a necessidade de articulação das políticas de saúde, assistência social e do controle social com os movimentos sociais, e integração das lutas por condições de trabalho, renda e educação política de mulheres no acesso ao SUAS. Tais desafios resultam de pesquisas na área metropolitana do Rio e sobretudo em Niterói e que devem ser refletidos na formação profissional.

Palavras-chave: controle social, trabalho, saúde, mulheres do SUAS, formação profissional.

ABSTRACT

Some post-pandemic challenges are imposed on social policies in the face of political setbacks and the increase in conservative groups in public management. There is a need to articulate health, social assistance and social control policies with social movements, and integrate struggles for working conditions, income and political education for women in access to SUAS. Such challenges result from research in the metropolitan area of Rio and especially in Niterói and must be reflected in professional training.

Keywords: social control, work, health, SUAS women, trabalhadores/as

_

¹ Universidade Federal Fluminense



10 a 14 de dezembro de 2024 ISSN 2965-2499

As políticas sociais locais como espaço de democratização. Realidade e método de compreensão.

Romper com o isolamento entre as políticas sociais não é um desafio da gestão publica, restritamente, nem de um dos grupos mais ativos e vulneráveis na sociedade, as mulheres, que representam as usuárias do SUAS e nem aquelas que atuam profissionalmente nesta política. Não temos resposta imediata, mas alguns resultados de pesquisa, voltados para Niterói e Duquede Caxias, mostram que as "invasões conservadoras" ameaçam as políticas sociais, sobretudo a partir da pandemia da Covid-19, pelo tensionamento vivenciado nos serviços de saúde e de assistência social. Os efeitos mais visíveis das contrarreformas do estado nesse período, são o aumento do desemprego, a flexibilização dos contratos de trabalho, extinção de conselhos de referentes a políticas de igualdade racial, combate à intolerância religiosa, além de redução de concursos públicos.

A partir de um arcabouço politico-conjuntural, podemos afirmar que tal período de pandemia (2020-2022) culminou em uma profunda crise dos valores democráticos. A liberdade individual foi afetada em sua constituição ética e moral, evidenciando materialmente os limites ou particularidades do processo de desenvolvimento da sociabilidade burguesa em nosso país, cuja natureza periférica do capitalismo se evidenciou claramente. Quando se propõe abordar a natureza ontológico-social das políticas sociais, é sob a constituição do ser social, tendo como base o trabalho, ou seja, a economia como um complexo de totalidades, onde a reprodução social sintetiza a relação entre indivíduo e ser social. A democratização é um componente ontológico-social, constituindo-se na evolução dos processos de emancipação política e humana, permeando a constituição do ser social, enquanto indivíduo e grupo, a partir do desenvolvimento de suas capacidades humano-genéricas, para além da esfera da reprodução. Nesse sentido, as políticas sociais são esferas de reprodução e também, constitutivas do ser social enquanto conquista histórica dos trabalhadores na ordem do capital.

Logo, as políticas sociais são esferas político-democráticas, um espaço de trabalho especializado, que permite o desenvolvimento de habilidades consequentes e a realização e ampliação dos atributos humano-genéricos e técnico-operativos, inerentes à práxis humana no domínio da natureza, em interação com outros homens. Como refere Costa (2007), as especializações são delegadas a um grupo, responsável em "pensar e agir com certa consciência na execução de uma atividade". Como observa a autora, Lukács adverte que a consciência pode também "conduzir à fetichização do complexo, ao qual estreitamente se atribui uma autonomia absoluta" (Lukács apud Costa, 2007, p. 119), quando na verdade é muito relativa, enquanto um



10 a 14 de dezembro de 2024 ISSN 2965-2499

complexo da totalidade social, ou seja, é dependente de uma continua sociabilização "genérica da sociedade", dada pela divisão social do trabalho. A exemplo do Serviço Social, é uma profissão sem vinculo com a produção material, mas que torna-se indispensável ao longo do desenvolvimento da economia.

No caso do Serviço Social, o conhecimento das necessidades sociais, envolve a capacitação continuada e o esforço de compreensão da totalidade das relações que perpassam a produção e reprodução material e ideológica, lugar que é ocupado pelas políticas sociais. Tanto a política de saúde quanto de assistência social e de economia solidaria, dentre outras, têm a função ideológica de controle dos conflitos. Avançar na compreensão do real concreto quando se trata de atuação profissional em políticas publicas, exige uma série de conhecimentos que não se limitam à esfera cotidiana, espaço das necessidades e carências; significa também o exercício do poder, seja na gestão, no controle social ou na educação e pesquisa. Entretanto, a passagem pelo conjunto das possibilidades de inserção profissional no cerne de uma política social, revela seus meandros sem necessariamente ter consequências políticas qualitativas para a democratização dos serviços e a emancipação do trabalhador nestas funções.

Parece-nos então, que o método que orienta a formação profissional para o conhecimento critico da realidade, pressupõe situar historicamente a gênese das políticas municipais, resgatando a tradição de luta das classes populares e seu poder de pressão na manutenção da qualidade exigida, visando responder à necessidade de reprodução social de toda a classe, que depende dos recursos e serviços públicos. Entendemos que a esfera local guarda os componentes básicos para se compreender, avaliar e planejar políticas em todo o pais, em diferentes realidades, respeitando a vontade coletiva, organizada através dos movimentos sociais e de técnicos de carreira.

Tentamos explicitar essa reflexão com base na experiência de Niterói, sem abstrair os desafios impostos pelos retrocessos vivenciados nos últimos anos quanto à resistência democrática na desconstrução dos direitos sociais, objetivamente colocada na pauta dos movimentos conservadores, em defesa dos interesses do capital.

A democracia burguesa radicalizada e a resistência democrática local.

Como valor inerente à uma sociabilidade que todo tempo é impulsionada para atender às necessidades sociais, falamos de uma democracia que de fato distribua renda e o poder de decisões. As forças conservadoras se impõem em nome de valores morais, reivindicando que os recursos públicos sejam geridos pela esfera privada, sob o entendimento de incapacidade da



10 a 14 de dezembro de 2024 ISSN 2965-2499

esfera democrática de distribuir de forma transparente os serviços à coletividade; ou seja, na esfera local se observa com clareza o avanço das "invasões conservadoras", que de forma decisiva e sem mediações complexas, aparecem disputando narrativas dentro dos conselhos, mostrando uma desistorização da consciência acumulada até a virada do século XXI, marcada por conquistas democráticas.

A partir de então, acirram-se as disputas nos mínimos espaços de poder. Em beneficio de interesses individuais, procura-se dominar as instituições da sociedade civil, como representantes legítimos da coletividade que os proprietários privados desejam representar. Essa pauta de interesse, forjada num polêmico ideário liberal desde sua origem no século XIX, forja o também contraditório conceito de sociedade civil. (Acanda, 2007) O ideário liberal entrou com força no movimento conservador, desencadeando uma crise do ideário radical-democrático, assimilado por Lukács (2011) como democratização, ao voltar a afirmar os conselhos operários na Hungria, base de suas conviçções socialistas. Essa referência na experiência de democratização no espaço da produção e se alastra para outros espaços da sociedade, como a educação, a saúde, as praças públicas e a juventude, foi uma realidade vivida pelo filosofo marxista, mas foi interceptado pelo fascismo e depois, pelo stalinismo. Radicais retrocessos advindos na esfera política a partir do impeachment da Presidente Dilma Roussef, em 2016, contestavam os valores democráticos invertendo pautas, no sentido de ganhar adesão e construir processos de hegemonia conservadora. A eclosão desse movimento conservador no limiar da era petista no poder, resgata e valoriza nos anos seguintes os espaços da sociedade civil tradicional, nos quais cumprem a função de "aparelhos de hegemonia", ao formar redes de suporte à ascensão do poder dos interesses privados.

A pauta posta em ação ira confrontar diretamente os avanços obtidos no processo de ampliação da educação publica, laica e de qualidade e socialmente referenciada, em defesa da família e da propriedade privada. Esse movimento que se dá na contracorrente da democracia, significa um golpe contra os trabalhadores e se alastra no período de pandemia, buscando transformar o sentimento de comoção e isolamento social em espetáculo; forjado através de câmaras ao vivo para desmoralizar os serviços públicos que funcionaram acima dos seus limites.

A falsificação do real se transformou em tática política para legitimar os detratores do SUS e do SUAS, a exemplo de usurpação das regras e esvaziamento dos preceitos universais dessas políticas. No Rio de Janeiro o prefeito Crivela contratou cabos-eleitorais para impedir que os usuários insatisfeitos com atendimento nos hospitais municipais, denunciassem a precarização dos serviços. As ferramentas pelas quais se alastra o autoritarismo na gestão publica, passam pelas conquistas tecnológicas do capital, meios de comunicação e redes sociais, as comunidades



10 a 14 de dezembro de 2024 ISSN 2965-2499

religiosas, os conselhos de direitos e políticas públicas, a educação e a cultura. O prefeito mostrava o seu estilo de gestão pública, representando grupos poderosos do campo religioso que fizeram fortuna após o fim da ditadura e obtiveram o perdão fiscal de igrejas, no governo Bolsonaro. Este é um dos mais importantes "aparelhos privados de hegemonia", que na concepção de Gramsci são forjados no seio da sociedade civil, tal como se observou através de cartas de apoio que constituiriam as forças reacionárias que destituíram o PT do poder. A ofensiva contra a democracia prosseguia após a retomada desse partido ao poder, em 2022, com mais uma tentativa de golpe, levando à invasão dos palácios dos três poderes, em Brasilia. Tais forças se levantaram no Rio de Janeiro, geneticamente, a partir da mobilização política dos militares e da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Seus atos em Niterói seguem o mesmo método agressivo, que tiveram inicio com a denúncia de um vereador bolsonarista, que provocara a invasão pela Policia Federal à Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, pedindo a prisão do Diretor. A resistência partira do diretor da faculdade, que tem tradição de participação e assessoria jurídica ao movimento popular. Uma faixa estampava na fachada do prédio a luta antifascista, que ali emblematicamente se repetia como no passado, durante o Governo de Getulio Vargas. Lembramos que o assassinato de Marielle Franco anunciava no Rio de Janeiro um levante conservador, levado a cabo para o território brasileiro, a partir de 2018.

Ora, o desencadeamento de ações organizadas em série, de forma racionalmente planejada tem gerado de forma surpreendente uma avalanche de lideranças conservadoras, que se impõem mediante projetos e contracorrentes ao ideário democrático, seja no recente retorno de forças progressistas ao poder executivo, nas esferas federal, estadual ou municipais, como também nas esferas do legislativo e do judiciário.

Logo, a democracia desnudada pela campanha do governo federal (2019-2022) contra os direitos sociais, em sua base mais consistente durante a pandemia, foi aquela que o Sistema Único de Saúde representa. O SUS há muito tempo estava comprometido pelos cortes de recursos, mas acentua-se por sua vez, a pobreza estruturalmente concentrada na divisão sexual do trabalho e, exclusivamente entre as mulheres, reprodutoras naturais da força de trabalho, em relações moldadas pela extração de lucratividade, pela força masculina e sua fragmentação do imaginário coletivo. A indignação, a fome, o sofrimento e as perdas levantaram uma alerta: como reverter tal situação política, já que submergia a saúde à ideologia, a insegurança ao terror, em busca de apoio e do levante popular contra a ordem vigente: a estrutura democrática.

Nossas parcerias em projetos com o conselho de saúde mostraram que esferas participativas, habituadas ao debate cotidiano sobre as forças conservadoras na gestão dos equipamentos públicos, seguiram firmes em suas tarefas de controle, planejamento participativo e



10 a 14 de dezembro de 2024 ISSN 2965-2499

conferências locais. Ao final do período mais restrito de isolamento social, o retorno ao trabalho se deu como expressão de uma cura coletiva, agora não mais sob o risco premente de morte e de exclusão em relação ao outro, mas de recuperação da sociabilidade existente na esfera cotidiana, onde as simples e imediatas conexões sociais revelam seu lugar essencial na constituição do ser social. Enquanto parte do complexo que é o trabalho, as mulheres se reencontrarão nas lutas coletivas, de forma criativa e assumindo possibilidades de emancipação que antes eram dadas ao assalariamento ou emprego. Mas em tais condições de crise do trabalho, proclamaram-no via economia criativa, aqui podendo ser interpretada enquanto política publica de geração de renda, adoptada mediante condições de um projeto democrático, vai consubstanciando no ser da mulher uma forma de expressar seu ser humano-genérico, portanto, nestas condições saturadas pelo ideário burguês radicalizado, abre-se como caminho restrito mas concreto de humanização. A vivência "solidaria" sob princípios iguais e decisões coletivamente construídas através do Fórum de Economia Solidaria, resulta num processo de trabalho individual e autônomo na criação e coletivo nas decisões. O nível de liberdade conquistado a partir da divisão do poder de decisão, acrescenta à como critério de saúde mental, a sociabilidade do trabalho, avançando conforme as alternativas de venda propostas no Fórum e os recursos postulados junto ao poder publico.

Observa-se esse movimento nasce da necessidade das mulheres como complemento de renda mediante o artesanato, a elaboração de alimentos saudáveis e confecção de diversos produtos naturais. Uma consciência política oriunda de modo diferenciado da divisão do trabalho sob a lógica do capital: trata-se da consciência ecológica aliada à saúde alimentar e ambiental, sob o impacto das mudanças climáticas, que por sua vez culminaram com uma pandemia. Logo, a vacinação, a auto-proteção e a divisão das necessidades, mediante a esfera da política participativa, anuncia um modo de ser especifico, oriundo de mulheres excluídas do acesso à riqueza e negras em sua maioria. A política de economia solidaria foi instituída no seio da política municipal de assistência social, pela administração participativa. Ou seja, ela é parte de uma vontade política expressa mediante um projeto social, desencadeada por uma história de luta na cidade e protagonismo dos movimentos sociais. Desde modo, desecadeou-se na esfera publica um ethos democrático, cujo legado é a ampliação dos serviços, a segurança publica e outros definidos por meio do Plano estratégico participativo, que se da por meio de assembleias de moradores sob o controle dos conselhos e conferências municipais.

Entende-se que o método de Marx (1977) orienta a compreensão do nível de consciência coletiva e de conhecimento do real, onde os níveis de complexidade alcançados confluem com as condições agravadas pela lógica de crises de lucratividade, recaindo na intensa violência contra os mais pobres, formando uma cultura do absurdo, anti-civilizatória.



10 a 14 de dezembro de 2024 ISSN 2965-2499

O desafio que se impunha a partir do inicio de 2020, nos instiga enquanto grupo de pesquisa, em parceria com o Conselho Municipal de Saúde, a pensar sobre as determinantes sociais de saúde. Tudo se encaminhava para um momento inédito de resistência, onde aquelas determinantes definidas na 8a. Conferência Nacional de Saúde, antes do fim da ditadura civilmilitar, não estavam superadas e sim agudizadas. Na resistência reside um grau de compromisso elevado com a saúde; a administração municipal juntamente com o Conselho de saúde, de assistência social e o de economia solidária, além do movimento social, puseram em ação um plano emergencial exemplar no enfrentamento da Covid-19. Graças ao plano participativo e os resultados das conferências municipais de saúde realizadas sistematicamente, põe-se em ação um legado histórico acumulado, mediante o qual construíram lideranças sociais que juntas mobilizaram a sociedade civil, dando consistência à política publica emergencial.

Logo que a pandemia foi declarada, a cidade não hesitou em seguir as recomendações da OMS e a consistência de seu movimento histórico foi responsável por medidas muito racionais e inteligentes, no sentido de garantir uma democratização dos serviços e a participação da sociedade civil organizada no atendimento às comunidades: de modo a evitar aglomerações e mortes, além de prevenção de contágio de famílias inteiras por trabalhadores em serviços essenciais. Foi disponibilizada hospedagem especial para população em situação de rua e um monitoramento, realizado pelo conselho de saúde. (Rolim, 2024) Suspenderam-se as atividades de mercado ao ar livre, como feiras e bancas, eventos culturais e a educação presencial, culminando desse processo uma política pública que coloca no centro uma preocupação com a economia interna e a geração de renda, diante de um crescente índice de desemprego e agudização da questão social.

Esse legado histórico teve inicio nos anos 90, em resistência às ameaças ao estado democrático que culminara das lutas contra a ditadura e a reconquista de direitos sociais por meio de uma nova Constituição. Tal resistência no plano local foi responsável por um modelo de atendimento à saúde da comunidade que envolve diretamente a participação das associações de moradores, gerando a curto e longo prazo um fortalecimento do movimento popular e sua participação direta nos conselhos. Derivou-se então, um avanço da cidadania e indicadores muito elevados de qualidade de vida, em comparação com outros municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro (Rolim, 2024); além disso, o movimento negro unificado se espraiou no estado do Rio de Janeiro, ocupando espaço nas esferas participativas e no movimento urbano, cujo ponto de partida e nascimento foi em Niterói.

O movimento de economia solidária local, a partir de tal cultura política democrática obteve, em nossa compreensão, um resultado inédito no país na medida em que foi absorvido



10 a 14 de dezembro de 2024 ISSN 2965-2499

como referência do combate à pobreza no município, aliado nos últimos anos à política municipal de assistência social.

Quanto aos desafios institucionais da PNAS, a PMAS em Niterói, apresenta desafios muito originais a serem aprofundados, colocando em diversas sub-áreas do conhecimento uma tarefa importante ao Serviço Social, como: aprofundar os ganhos democráticos frente aos dilemas colocados no limiar de três décadas de vigência do estado mínimo. Ao entrar no âmbito de tais desafios, enquanto instituição federal de ensino superior fundamental ao desenvolvimento cultural, econômico e politico regional, procuramos sem evitar estudo especifico de uma política focalizada, entender os limites que sua fragmentação representa para o caráter de resistência ao neoliberalismo. Acumulamos a partir dai, um conhecimento que nos permite apontar elementos nas contradições do estado burguês, enquanto esfera estruturante do modo de produção capitalista. Entendemos que na história da democracia local, há um continuo embate que molda a resistência, não permitindo que o idealismo emirja como força operante.

- A exemplo de uma fragmentação interna da política de assistência social e economia solidária, as dinâmicas de atuação não têm permitido um reconhecimento entre as partes das mediações necessárias à passagem da parte ao todo, na direção de um sistema universal ou pelo menos de um projeto que o almeje, esboçado para além da política municipal. Tratamos de formação de um nível de consciência que promova a autonomia e liberdade de expressão, podendo eleger o melhor para a cidade, independente da administração. Pouco se observa um reconhecimento entre os ativistas em relação à política de assistência social. Isso incita a questões sobre o papel desempenhado pelo Serviço Social, mediante a riqueza dos princípios e valores instituídos coletivamente, através de um projeto profissional inovador, critico e sedimentado em princípios radicalmente democráticos.
- Tencionar a fragmentação de tal política esbarra necessariamente, como tem sido observado, na baixa actuação da categoria profissional em espaços de participação, a exemplo dos 24 diferentes conselhos municipais, dentre os quais 21 deles pelo menos, justificaria tal presença. Entretanto, as condições de trabalho na política de assistência social são marcadas pela precarização de contratos, o que é incompatível com as demandas e tampouco consegue promover a realização profissional; isso, em vista de suas carências não atendidas, levando a contratos de trabalho paralelos em instituições diferentes. A tese de Reis (2024), profissional da SMASES, levanta as contradições da PMAS/Niterói, embora não deixe de apontar algumas conquistas, a exemplo do plano de carreira, obtido recentemente pelo fórum de trabalhadores do SUAS.
 - Ademais de particularidades dessa política social, sobre a qual recai uma feminização da



10 a 14 de dezembro de 2024 ISSN 2965-2499

assistência social e um estigma assistencialista - a resistência ao neoliberalismo aponta contradições a serem enfrentadas no debate da categoria e de seu projeto de formação profissional. Formulamos que há uma feminização das lutas sociais na era da nova democracia no Brasil (1986-2024), fato que vem sendo explorado com muita ênfase, como concorrente ao ideário ultraconservador, nos partidos políticos e pelas religiões conservadoras. Deste modo, uma questão que se coloca à formação profissional quanto aos desafios do conservadorismo, avassalador na ultima década, é:

- Como aprofundar a participação coletiva das/os assistentes sociais, de forma a que contribuam com a formação política das populações mais pobres, abaladas pelo terror cotidiano frente à violência da polícia no combate ao tráfico e sua guerra contra a milícia nas favelas, a despeito das vidas dos moradores;
- Ressente-se de uma qualificação política da prática profissional em vista de ocupar espaço nos conselhos de políticas públicas;
- Há necessidade de participação nos sindicatos e partidos políticos, onde os princípios e valores do projeto profissional ou ético-político sejam identificados, realizando mediações no cumprimento dos mesmos na sociedade.

As mesmas questões que pontuamos enquanto desafios ao Serviço Social e seu projeto de formação, explicam os limites da democracia burguesa na sociedade brasileira e o aumento das frentes conservadoras, radicalmente organizadas nos últimos anos. Seus desdobramentos têm atingido de frente e eliminado os conselhos que foram instituídos, resultantes da mobilização dos movimentos feministas, LGBTQIAP+, raciais, indígenas, de direitos humanos, juventude. O projeto profissional ja superou um rastro de messianismo em relação às transformações da realidade, porém não se trata de uma postura teórica ou política simplesmente. Mas de condições perdidas ao longo do processo de esvaziamento de um ideário coletivo, mediante o deperecimento das condições de vida e de trabalho, pela auto-responsabilização das expressões da questão social na vida, logo repercute na esfera política.

Na esfera do imediato, "onde a produção se tornou social, segundo Lukács, não deve obscurecer que todo ato econômico se realiza mediante uma intenção teleologicamente imanente, voltada para a humanização do homem no sentido mais amplo do termo" (Costa, 2001, p. 117). Há uma controvérsia ao se ponderar na prática dos/as assistentes sociais sobre a função recebida de preenchimento e controle do cadastro único no SUAS. Confunde-se a função de preencher com a função de dar transparência na distribuição dos recursos, conforme os preceitos do SUAS. Ao se conformar à referida tarefa, uma série de atividades autônomas da profissão é eliminada. Não se pode deixar de lembrar que o não reconhecimento do SUAS pelas comunidades, mesmo



10 a 14 de dezembro de 2024 ISSN 2965-2499

que o beneficio seja reconhecido como direito, afasta o beneficiário do direito à participação, seja no controle ou no planejamento de ações que possam ser objeto de organização das comunidades, mediante suas lideranças noutros serviços e políticas públicas. Afinal, os usuários do SUS não são diferentes do SUAS, eles vivem no mesmo espaço e frequentam os CRAS e as UPAS e Clinicas de Família. Da mesma forma os conselheiros. Sendo representantes de usuários, estão presentes em diversas esferas de participação, por isso são portadores de conhecimento do território e devem ser reconhecidos como legítimos representantes de suas bases. Portanto, eles têm direito em participar do equipamento e são representantes comunitários, o que ao ser bem planejado no atendimento, certamente qualificaria o trabalho profissional, levando a novas frentes e projetos, exigindo maior número de técnicos e profissionais.

Uma capacitação seria necessária ao cotidiano do trabalho e não somente a progressões na carreira, enquanto o cadastro pode ser operado como atividade burocrática que dá suporte a ações inovadoras. Neste aspecto, a formação profissional, também especializada, não contempla de forma geral os recortes da participação democrática dos usuários, mas sim os recortes de gênero, de avaliação, de acesso à política A ou B em suas necessidades especificas, que dentre outros, devem avançar num caminho de volta para estabelecer caminhos que possam contribuir melhor para a participação dos usuários/as e sua formação política.

Outro desafio a ser estudado na política municipal de assistência social é a Moeda Social
Arariboia, um instrumento de intervenção da gestão municipal na economia, incentivando o
mercado interno, na contramão do ideário conservador da política econômica do Banco
Central. O primeiro conceito colocado em prática na economia municipal como base do
desenvolvimento humano, foi o auxilio emergencial no valor de R\$500,00, a cada família
com criança na escola, além da cesta de alimentos básicos, em beneficio da segurança
alimentar. Mantido durante seis meses, tal recurso consistiu num investimento com
resultados concretos,

cuja exigência era que todo beneficiário levasse ao mercadinho ou micro-empreendedores o seu cartão em troca de alimentos ou de serviços, dando rotatividade ao dinheiro público no comércio. De imediato a moeda social ganhou valor no mercado e foi adotada pelo grande comércio na aquisição de material de construção, nos cabelereiros, casa de festas, etc., contendo a falência de frentes de emprego e renda, a exemplo ainda, de empréstimos oferecidos a empresas com uma média mínima de 9 empregados, no período emergencial da pandemia. Mas essa política de geração de renda, não perpassa os CRAS, nem tem qualquer participação ou é preocupação nos debates do serviço social, pelo menos no SUAS.



10 a 14 de dezembro de 2024 ISSN 2965-2499

• Em relação à moeda social, qual seria a avaliação do serviço social, sob o ponto de vista da realidade de seus usuários? Qual é a capacidade de intervenção da categoria na política de assistência social, ela estaria condicionada pelos interesses da administração, afinal o que há de ganhos ao projeto profissional e como ele poderia contribuir, estabelecendo a crítica e qualificando suas ações em defesa das comunidades?

Mulheres trabalhadoras e o SUAS em Duque de Caxias-RJ. Desafios para à formação profissional.

Embora o direito à saude estampado na constituição, represente um valor essencial da democracia, a história recente das lutas sociais converge com os riscos iminentes ao Estado de direito. A resistência necessária ao desmonte do Estado de direito, como se observa, não reside em um campo especifico; permeia diversas frentes, trazendo uma gama de novas demandas, que até então foram negligenciadas em benefício e sob uma cadeia de investimentos na direção do próprio Estado ao mercado, para tornar indiscutíveis e seguir à risca, as regras definidas pelo projeto neoliberal.

Ao realizar um grupo de mulheres exemplificadas num CRAS em Duque de Caxias, pudemos observar através de pesquisa de mestrado (Fernandes, 2023), no âmbito da equipe profissional, que a realidade de pobreza é gritante. Qual foi o embate percebido sobre a equipe deste fenômeno? Em primeiro lugar, o território é um lugar de violências múltiplas, que impactam na vida tanto das usuárias quanto das profissionais, dando uma dimensão do significado da democracia no cotidiano do trabalho, desde os deslocamentos ameaçadores até o futuro de jovens mães, as quais têm a saúde abalada pelos efeitos da pobreza, direta e indiretamente, sobre a saúde mental. Quanto aos profissionais percebemos a possibilidade de transferência de local de trabalho, como alternativa. Quanto às mulheres atendidas, alguns relatos mostram que a expulsão do marido de casa apresenta-se como saída diante da sobrevivência da família, mesmo que em situação de dependência financeira. O alcoolismo é um dos problemas a que leva a pobreza e vice-versa, contudo, o nível educacional também é uma determinante de pobreza no local.

Neste sentido, é importante comparar a qualidade de vida na periferia dos municípios da baixada fluminense e na periferia de Niterói. Duque de Caxias é um município industrial e apresenta um PIB superior à maioria das cidades no Brasil, mas sua história desde as origens é marcada pelas contradições pré-capitalistas, do período colonial e escravocrata, que permaneceram após a republica, quanto aos índices de violência e pobreza. A política centrada



10 a 14 de dezembro de 2024 ISSN 2965-2499

em grupos tradicionais é um meio de reprodução de uma cultura também violenta, onde os pobres são os negros, ou seja, herdeiros da exclusão sócio-racial e do racismo estrutural que caracteriza o modelo econômico dependente, periférico e desigual no Brasil. Portanto, dentre as questões que abalam a qualidade de vida e de trabalho das usuárias e trabalhadoras do SUAS, em especial nos bolsões de pobreza, corresponde à falta de estrutura básica urbana, como transporte, serviços de saúde, educação e esgoto, além da baixa remuneração, que também é uma realidade em Niterói.

Sob tais condições, a qualificação é certamente um componente essencial ao avanço do trabalho profissional, que qualifica a experiência, permitindo maiores possibilidades de mudança na vida do trabalhador/a quando este é concursado/a, o que nem sempre é uma realidade. Quanto às usuárias, por mais que os serviços sejam limitados na condição de política focalizada e emergencial, o grupo de mulheres tem se revelado como alternativa de sociabilidade e informação, permitindo-lhes ampliar a autonomia para resolver problemas que toda família enfrenta, em especial jovens mães, vulnerabilizadas por discriminações de de classe, raça e seus derivados na baixa escolaridade e no desemprego. A falta de capacitação é uma das dimensões que poderiam explorar os serviços sócio-assistenciais, se não fossem limitados pela escassez de recursos, que dificulta pensar coletivamente sobre novos projetos.

Tal situação, está presente em diferentes realidades que circundam o SUAS: condições difíceis de trabalho, baixa remuneração, exploração da força de trabalho qualificada, numa esfera sócio-técnica do trabalho predominantemente feminina. Ou seja, a feminização da pobreza abrange usuárias e técnicas dos serviços públicos de assistência social, registrando -se como essência de tal política social, as singularidades das injustiças sociais e de forma estrutural, nas regiões mais desenvolvidas culturalmente e economicamente, do país, como Niterói e Duque de Caxias.

Gramsci (Buci-Glucksmann, 1977) em "A Questão meridional" observa que nas regiões de maior desenvolvimento industrial da Itália, havia um nível mais elevado de participação e consciência política dos operários, o que gerava maior nível de participação dos mesmos, inclusive nos resultados da produção. No sul ao contrário, onde a produção agrícola era predominante, as relações de poder eram desiguais e a classe trabalhadora era menos organizada, com menor poder de decisão e de emancipação social e humana. São conclusões que estruturaram o pensamento político do filósofo, caminhando para a ideia do desenvolvimento desigual e combinado presente na lógica do capitalismo imperialista, após a revolução industrial.

Deriva desse pressuposto, uma inflexão: quanto maior o nível de dependência das relações econômicas, maior é o nível de dependência política dos trabalhadores, que colocados no feminino, culmina com um baixo nível de participação política das mulheres independente do



10 a 14 de dezembro de 2024 ISSN 2965-2499

seu grau de instrução. Recai sobre a legislação trabalhista, circunscrita nas contradições do modelo de desenvolvimento dependente, uma reprodução das desigualdades, sem avanços consideráveis diante da lógica de precarização das relações de trabalho e naturalização da pobreza.

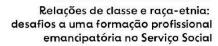
Deste modo, a exploração das capacidades humano-genéricas das mulheres trabalhadoras, em especial em seu espaço na divisão sócio-técnica do trabalho, não está relacionada com o nível de educação, mas com os atributos necessários ao sistema, para que possa potencializar exponencialmente, a extração de lucratividade requerida em momentos de crise, provocada pela própria evolução do capital. A exemplo do acesso à tecnologia, que constitui condição essencial para obtenção de cultura, conhecimento e empregabilidade, é infinitamente inferior entre os mais pobres. No entanto, tal acesso é dificultado, a despeito dos benefícios calculados pelo mercado de que os pobres tenham acessibilidade adquirida, simplesmente porque os donos do capital virtual, determinam essa escala de apropriação da riqueza distribuída, através do estado entre os mais pobres, alimentando um ciclo de consumo em grupos mais densos.

Considerações finais:

Ao longo do período de democracia recente, conquistado maciçamente pelos movimentos sociais e setores organizados da sociedade civil, observou-se um alavancar das expressões mais ativas em prol do mercado, meio pelo qual o grande capital se reconstituiu nos países mais desenvolvidos, radicalizando-se e obtendo como resultado os maiores índices de desigualdade social, em países marcados pela dependência, concentrando a riqueza em poucos e alguns grupos.

As "Invasões conservadoras" que subintitula o projeto que resultou tais dados (FAPERJ/ 2021/2024 foram ocupando os espaços públicos, de um lado por meio da terceirização dos serviços públicos, em especial as unidades hospitalares, tanto o hospital universitário Antonio Pedro (UFF), quanto os municipais. Por outro lado, a partir de 2020 foram se cristalizando valores conservadores em diversas esfera da sociedade e elegendo governos e parlamentares que não falam em nome do povo, mas de interesses privados, a conferir a defesa das chamadas bigtechs, plataformas digitais, que se transformaram em "intelectual orgânico" da burguesia, fazendo governos radicais-conservadores que possam conter a regulamentação da internet, onde flutuam os fluxos de capitais obtidos na era de mundialização do capital, aumentando o desemprego e aprofundando a questão social.

A importância de estudar a capacidade intrínseca do mercado em manipular a vontade





10 a 14 de dezembro de 2024 ISSN 2965-2499

popular, foi reconhecida pelo debate no Serviço Social desde os anos 1980, realizando a crítica da economia política, que permite trazer para o cotidiano do trabalho profissional as causas e os impactos sobre o trabalho e a classe trabalhadora.

Por isso, nos moldes da divisão de classes, acelerada pela mundialização da economia, o Serviço Social se vê obrigado a mover esforços, em defesa de sua própria reprodução, no conjunto da classe trabalhadora, posicionando-se radicalmente pela democracia, em todos os espaços da sociedade, em particular defendendo a participação ativa dos mais pobres e excluídos da riqueza, como sujeitos históricos responsáveis em exercer o controle social sobre as políticas publicas, imprimindo aos serviços e à gestão pública valores essencialmente democráticos. Esse esforço deve se intensificar na esfera local, como caminho para adensar os posicionamentos ético-políticos da categoria profissional e fazer a diferença de modo horizontal. Este enfrentamento é o caminho para a conquista de direitos e a superação do estigma assistencialista que se soma à feminização da pobreza, que persiste como realidade nos territórios do centro do país, onde a riqueza se concentra.

Agradecemos ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e à Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo fomento proporcionados ao projeto de pesquisa (IC e TCT5), cujos resultados foram aqui apresentados; como também às parcerias do Conselho Municipal de Saúde de Niterói (CMS) desde 2020; da SMASES e da Casa Paul Singer.

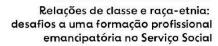
Referências

ACANDA, Jorge Luis. As duas faces do liberalismo. In: **Sociedade Civil** e **Hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. P. 65-95.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. Estado clase y aparatos de hegemonia. In: Gramsci *y* el Estado. México, Espanha, Argentina/ Colombia: Século XXI Editores, 1979. P. 65-91.

COSTA, Gilmaisa Macedo da. **Serviço Social em Debate**. Ser social, trabalho, ideologia. Maceió: Edufal, 2007.

FERNANDES, Lais Vargas, PINHEIRO, Luci Faria. Vulnerabilidade social e saúde de mulheres acompanhadas na política de assistência social em Duque de Caxias, RJ. In: (Org.) PINHEIRO, Luci Faria. **Resistência, Participação Popular e Movimentos Sociais**. Rio de Janeiro: Editora





10 a 14 de dezembro de 2024 ISSN 2965-2499

Metanoia, 2024. P. 60-83. Disponível em: https://loja.metanoiaeditora.com/luci-faria-pinheiro/resistencia-participacao-popular-e-movimentos Acessado em 30 Ag. 2024.

LUKACS, Gyorgy. **Socialismo e democratização. Escritos políticos 1956-1971**. 2a. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Etudes Philosophiques**. Paris: Editions Sociales, 1977. ROLIM, Barbara. A retrospectiva histórica do setor saúde e a participação social: a experiência de Niterói, RJ. In: (Org.) PINHEIRO, Luci Faria. **Resistência**, **Participação Popular** e **Movimentos Sociais**. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2024, p. 147-166.Disponível em: https:// loja.metanoiaeditora.com/luci-faria-pinheiro/resistencia-participacao-popular-e-movimentos Acessado em 30 Ag. 2024.

REIS, Luana. As trabalhadoras do SUAS de Niterói: as condições de trabalho das mulheres que viabilizam direitos. In: In: (Org.) PINHEIRO, Luci Faria. **Resistência, Participação Popular e Movimentos Sociais**. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2024. P. 39-59. Disponível em: https://loja.metanoiaeditora.com/luci-faria-pinheiro/resistencia-participacao-popular-e-movimentos

Acessado em 30 Ag. 2024.